

# PF quer examinar contas de 11 acusados

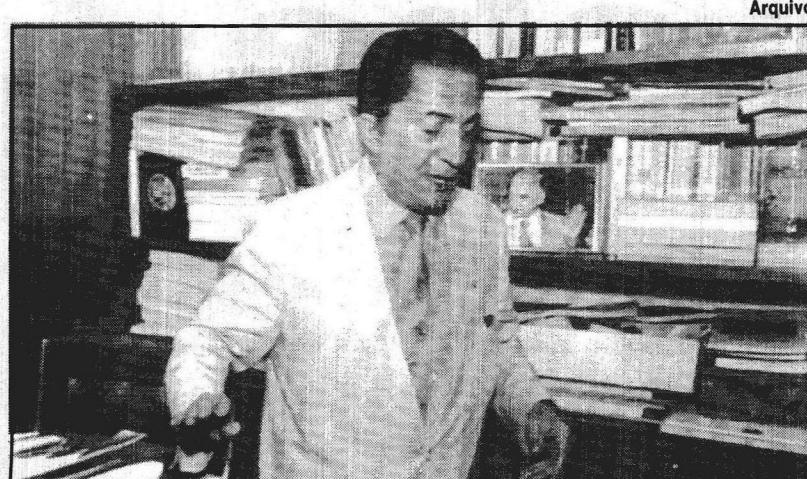
BRASÍLIA — A Polícia Federal enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito sobre a máfia do Orçamento, solicitando a quebra do sigilo bancário, fiscal e patrimonial de 11 parlamentares citados nas denúncias de José Carlos Alves dos Santos, ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O período a ser investigado vai de 1989 a 1993.



A PF pediu também ao STF a quebra do sigilo bancário, fiscal e patrimonial do próprio José Carlos. O delegado Magnaldo Nicolau deverá interromper por alguns dias os depoimentos de testemunhas e parlamentares enquanto o inquérito estiver no STF.

Tiveram quebra de sigilo bancário, fiscal e patrimonial pedida pela Polícia Federal os deputados João Alves, Ibsen Pinheiro, Genebaldo Correia, Cid Carvalho, José Geraldo Ribeiro, Manoel Moreira, Ricardo Fiúza, Fábio Raunheitti, Sérgio Guerra e dos senadores Ronaldo Aragão e Saldanha Derzi.

Na verdade, a CPI do Orçamento já havia quebrado o sigilo



João Alves, um dos deputados que terá sigilo bancário e fiscal quebrado

bancário e fiscal da maioria desses parlamentares. A nova solicitação de quebra de sigilo se destina a subsidiar as investigações policiais, que deverão continuar enquanto o inquérito estiver no Supremo.

O delegado Magnaldo Nicolau já solicitou as relações de subvenções sociais distribuídas pelo Ministério do Bem-Estar Social desde 1990. A PF está tendo dificuldades em obter a lista de subvenções sociais liberadas em 1989 pelo Ministério do Interior, que terminou sendo extinto no Governo Collor.

A PF só deverá ouvir os de mais parlamentares denunciados por José Carlos, depois que obtiver os extratos bancários e o levantamento patrimonial dos acusados. O delegado Magnaldo Nicolau já ouviu quatro parlamentares, entre eles os deputados Gastone Righi e José Carlos Vasconcelos, que negaram sua participação no esquema do Orçamento.

Os depoimentos dos deputados João Alves e Genebaldo Correia, que ocorreriam esta semana, foram adiados pela Polícia Federal.